

Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência: desafios dos docentes no ambiente escolar

*Waldirene Oliveira Garreto
D'layne Giordana Pereira Soares*

Introdução

A avaliação escolar vem demonstrando, ao longo da história, ser algo complexo, e um assunto de constantes discussões no cenário educacional, no sentido de promover reflexões sobre como prover uma aprendizagem significativa e de fazê-la mais humana.

Décadas atrás, a avaliação educacional era concebida como uma espécie de vilã, que servia, em muitos casos, apenas para atribuir notas ao aluno, que seriam usadas para classificação de quem era aprovado ou reprovado. Aqueles com melhores notas eram elogiados, enquanto que aqueles com as menores notas eram expostos ao ridículo.

Apesar dos avanços anteriores, no Brasil, as discussões sobre a educação inclusiva e suas dimensões políticas aumentaram a partir dos anos 2000. Nesse período, vários documentos aprofundaram as reflexões sobre qual seria a melhor forma de ensinar o público alvo da Educação Especial, respaldados nas políticas de educação inclusiva, compreendida aqui como um processo no qual a escola deve ter condições necessárias de incluir o aluno, levando em conta suas especificidades no processo de ensino aprendizagem.

Atualmente, a prática de avaliar, deverá romper com as formas de autoritarismo e estar a serviço de uma pedagogia que se preocupe com a transformação da sociedade e a potencialização do ser humano. Portanto, a escola deve acolher todos os alunos, com deficiência ou não, e a avaliação

escolar, nesse processo de inclusão, propicia a transformação da escola e das práticas pedagógicas, contribuindo para que todos tenham o acesso à educação, que prossigam e tenham um ambiente com aprendizagem significativa.

Nesse sentido, a escolha desse tema deu-se pelo fato da crescente inserção de alunos com deficiências nas salas regulares de ensino regular, também porque acredita-se que muitos professores não sabem avaliar alunos com deficiência de forma inclusiva e, quando o professor não utiliza a avaliação como uma aliada na aprendizagem, os alunos com deficiência permanecem excluídos desse processo, promovendo assim a segregação.

Considerando-se a relevância do tema abordado por este trabalho, o presente artigo tem como problema de pesquisa: Quais os desafios enfrentados pelos docentes no ambiente escolar no processo de avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência? Deste questionamento apresentamos o seguinte objetivo geral: Conhecer quais os desafios enfrentados pelos docentes no ambiente escolar no processo de avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência. Para alcançar o objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos: relatar sobre o estudante com deficiência no ambiente escolar; demonstrar a importância da avaliação educacional da criança com deficiência e conhecer os desafios dos docentes no processo avaliativo do estudante com deficiência.

Diante do exposto, essa temática ganha relevância, pois poderá oferecer suporte teórico para os professores para garantir-lhes as competências básicas para realizarem a avaliação da aprendizagem que, de fato, satisfaça o processo de ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência, pois cada criança, independentemente de ser deficiente ou não, cada um tem o seu ritmo de aprendizagem.

Para melhor explicitação das ideias, a pesquisa encontra-se estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, foram apresentados os fundamentos teóricos sobre o tema que subsidiaram a discussão dos dados para a construção dos resultados da pesquisa; no segundo capítulo, trata-se de uma abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e de cunho exploratório a partir dos seguintes autores Carvalho (2012), Hoffmann (2014), Libâneo (1994), Luckesi (2010), Mantoan (2006), Vasconcellos (1994), dentre outros; no terceiro capítulo, a discussão versa sobre estudante com deficiência no ambiente escolar; no quarto capítulo, é abordada a importância da avaliação educacional da criança com deficiência; no quinto capítulo, são mostrados os desafios dos docentes no processo avaliativo do estudante com deficiência. As considerações finais encerram a trajetória de escrita, demonstrando as possíveis contribuições deste trabalho para o campo da educação inclusiva.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica por ser um método que implica na leitura e análise de textos relevantes sobre o que se deseja estudar. A partir dessa leitura, buscou-se versar sobre as concepções da importância da avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência na perspectiva da

educação inclusiva no ensino regular, apontando possíveis caminhos que viabilizem novos rumos para a avaliação de estudantes com deficiência. Na concepção de Oliveira (2008, p. 69),

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. O mais importante para quem faz opção por uma pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico.

O tipo de abordagem que será usada neste projeto é qualitativa, visando analisar a avaliação na perspectiva da educação inclusiva, buscando mostrar instrumentos que devem ser utilizados para que essa prática não se torne instrumento de exclusão e de fracasso escolar. Sobre a abordagem qualitativa, Oliveira (2008, p. 60) enfatiza que

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa.

A pesquisa é de caráter exploratória e buscou-se respostas viáveis para melhorias futuras no ensino ofertado aos alunos que apresentam deficiência, destacando a contribuição das práticas avaliativas nesse processo. Gil (2007) considera que “a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Esse procedimento metodológico é relevante para o levantamento de um amplo número de informações sobre o tema.

A criança com deficiência e a escola

Muitas transformações sociais presentes na sociedade, atualmente, apontam para a valorização da diversidade humana e para a superação de antigos mecanismos de exclusão e discriminação. Uma das implicações dessas transformações manifesta-se pelo aumento da inclusão de estudantes com deficiência nos estabelecimentos de ensino do nosso país rompendo gradualmente, com séculos de exclusão e invisibilidades dessa parcela da população em nossa sociedade. A respeito da segregação e exclusão de pessoas com deficiência:

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas. (Aranha, 2005, p. 5).

No contexto histórico do estudante com deficiência, encontra-se na bibliografia da Roma Antiga, o relato de que pessoas com deficiências eram afogadas, por não serem consideradas normais. Na Grécia, eram sacrificadas. Na Idade Média, eram abandonadas por serem consideradas sobrenaturais. Os sentimentos que se desenvolveram como piedade, superproteção, foram responsáveis pela criação de hospitais, abrigos e prisões. No Renascimento, com o desenvolvimento das ciências, a deficiência passou a ser considerada doença de caráter hereditário. Negreiros (2014, p. 13) ressalta que,

[...] desde os primórdios da humanidade, pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou 'coitadinhas'.

As primeiras iniciativas de escolarização para pessoas com deficiência surgiram em 1620, na França, com o intuito de ensinar mudos a falar. Em seguida, surgiu o Método de Sinais, a comunicação de cegos, com a escrita Braille, a criação de um método francês da primeira instituição para educação de pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, mudanças foram sendo estabelecidas pela sociedade com o passar do tempo, como afirma Negreiros (2014, p. 15):

Mudanças socioculturais foram ocorrendo paulatinamente na Europa, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e credences, reconhecendo-se que o grupo de pessoas com deficiência deveria ter atenção específica fora dos abrigos ou asilos para pobres e velhos. A despeito das malformações físicas ou limitações sensoriais, essas pessoas, de maneira esporádica e ainda tímida, começaram a ser valorizadas enquanto seres humanos.

No Brasil, a primeira escola de que se tem registro foi criada em 1857, o Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado de Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). A partir de então, com o passar dos anos, foram criadas as Associações dos Pais dos Excepcionais (APAE), onde se realizava reabilitação, surgindo a educação especial como um modelo médico e clínico. No Brasil, como em outros países, felizmente, percebeu-se com o tempo que as pessoas com deficiência poderiam estar socialmente integradas participando da vida educacional, laboral e cultural sem estarem restritas ao espaço familiar, hospitais ou as instituições especializadas (Negreiros, 2014, p. 17).

Hoje, as pessoas com deficiência têm seus direitos garantidos mediante às políticas nacionais, leis e outros documentos nacionais e internacionais. No âmbito escolar, a efetivação desses direitos até então não vivenciados passa a ser de essencial importância para que haja mudanças significativas e favoreça uma educação inclusiva.

A escola, ou qualquer ambiente de aprendizagem, é o espaço de convivência inicial do ser humano em formação, bem como uma atmosfera de convivência para os que buscam um objetivo em comum, que é a instrução. É muito importante que esse ambiente possa formar cidadãos inspirados no respeito ao próximo, na aceitação das diferenças. (Brasil, 2013, p. 30).

A educação inclusiva implica no reconhecimento e na valorização das diferenças, ou seja, cada um tem direito de ser como é. Dessa forma, aspectos referentes ao diagnóstico dos estudantes, assim como alguma outra característica, não podem ser paralisados ou negados. Conhecer esses aspectos pode auxiliar os professores a identificar as bases necessárias para que o aluno participe integralmente em igualdade de condições da vida escolar. Conforme Hoffmann (2005, p. 15), deve-se pensar em cada estudante “[...] acabando com os anonimatos, valorizando-os como sujeitos de sua própria história, assumindo o compromisso, como educadores, de otimizar tempos e oportunidades de aprender”.

A Lei brasileira de Inclusão (LBI, 2015) garante “oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência”, garantindo especialmente, diagnóstico e atendimento clínico. A referida lei no seu Art. 2º inciso 1º ressalta que, “a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar”.

Muitas vezes, o que faz a escola exigir um laudo é a esperança falsa de que ele trará respostas sobre como trabalhar com esse estudante em sala de aula. Ainda que dois alunos apresentem pareceres diagnósticos iguais, eles podem portar-se às mesmas intervenções de formas diferentes. Antes, a avaliação do aluno com deficiência deve ser “[...] processos dinâmicos [...], prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indicam as intervenções pedagógicas do professor.” (Brasil, 2008, p. 11).

Há situações ainda em que se espera que esse laudo confirme que o estudante é incapaz. Quando o laudo é interpretado dessa forma, a escola deixa de acreditar nas capacidades desse aluno, e isso pode representar uma barreira para processo de inclusão escolar. É bastante comum que professores e outros profissionais da escola limitem as oportunidades de aprendizagem do aluno com deficiência usando-o como pretexto. De acordo com Omote (2003, p.36), “Aprendemos a avaliar as suas limitações, dificuldades e inadequações, e a intervir visando à reparação dessas falhas [...] na verdade não aprendemos a olhar para as potencialidades deles”.

Vygotsky (1998 p. 75) trata deste assunto dizendo que “geralmente atribuímos uma série de qualidades negativas à pessoa com deficiência e falamos muito sobre as dificuldades de seus desempenhos, por pouco conhecermos [...]”. A escola não deve se preocupar se há ou não um diagnóstico de deficiência. Entende-se que, independentemente de ter um laudo ou não, de ter algum tipo de deficiência ou não, todos os estudantes devem ter suas necessidades educacionais atendidas porque a escola é o lugar próprio para isso. Se, por um lado, espera-se que a proposta curricular seja uma para todos os estudantes; por outro, é indispensável que as estratégias pedagógicas sejam diferenciadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada estudante.

Concepções sobre avaliação da aprendizagem na escola

A avaliação sempre se fez presente nos ambientes escolares e, no decorrer da história tem sido empregada de diferentes maneiras, com diferentes funções, objetivos e metodologias. Na antiguidade,

não havia processos de avaliação formalizados. No Brasil, o assunto se tornou pauta somente no final dos anos 1960, com o movimento escolanovista e, somente na LDB de 1996, foi substituída a terminologia “aferição” do aproveitamento escolar por avaliação da aprendizagem. Para Afonso (2005), “as funções da avaliação têm que ser, por isso, compreendidas nos contextos das mudanças educacionais e das mudanças econômicas e políticas mais amplas”.

Atualmente, busca-se uma definição de seu significado, pois vê-se como um aspecto problemático da prática pedagógica. A avaliação tem um significado muito complexo, ela dá a todos os envolvidos a chance de refletir sobre suas práticas, conduzindo o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Hoffmann (1994), a avaliação é mediação, sendo que a mesma se diferencia a partir da postura adotada pelo professor que desafia, provoca, estimula e promove desafios adequados ao desenvolvimento do aluno. Como relata a autora: “ensinou-se muito mais sobre como fazer provas e como atribuir médias, do que se trabalhou com o significado dessa prática em benefício ao educando e ao nosso próprio trabalho”.

A pedagogia moderna defende uma concepção de avaliação escolar como mecanismo de emancipação, mas, no cotidiano escolar, ainda predomina nas práticas avaliativas, a ênfase nas notas adquiridas pelos alunos, e não na sua aprendizagem. O uso dos resultados das avaliações termina na obtenção e registro de números com valor mensurável da aprendizagem do aluno. Hoffmann (2009, p. 34) confirma:

Inclusão pode representar exclusão sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levarem em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer-lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade, em igualdade de condições educativas. Essa igualdade nada tem a ver com a visão padronizada da avaliação, como uma exigência de igualar-se aos colegas, de corresponder às exigências de um currículo fixo, ou de um professor. Tem a ver com a exigência de delinear-se concepções de aprendizagem e formar-se profissionais habilitados que promovam condições de escolaridade e educação a todas as crianças e jovens brasileiros em sua diversidade.

A avaliação da aprendizagem é um “componente indissociável do processo constituído pelo ensino e pela aprendizagem” (Fernandes, 2009, p. 21). Dessa forma, as reflexões sobre a avaliação escolar estão diretamente ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, na prática pedagógica do professor. Porém, muitos educadores percebem o processo em questão de modo dicotômico, o professor ensina e o aluno aprende.

No entanto, a avaliação deve ter como intuito a qualidade da práxis pedagógica do professor. A mesma é condição indispensável para a construção da aprendizagem bem-sucedida do aluno e não para classificar ou discriminar, mas como uma referência para a prática educativa.

As abordagens realizadas evidenciaram que o discurso e a prática avaliativa dos professores ainda estão amarrados a forças muito conservadoras, distantes, portanto, de uma compreensão mais clara e profunda das finalidades de um processo avaliativo que possa desatar as amarras dessa condição limitadora do processo de ensino e aprendizagem que não prioriza o pleno desenvolvimento de todos (Pereira; Souza, 2004, p. 200).

De acordo com Fernandes (2009, p. 29), “o propósito primordial da avaliação é o de melhorar a aprendizagem, ajudar os alunos a superar as dificuldades, uma cultura que parte do elementar princípio de que todas as crianças e jovens podem aprender”. A avaliação é uma das fases da atividade escolar, por isso é necessário que esteja atrelada com o objetivo do processo ensino e aprendizagem e como oportunidade de perceber nos estudantes suas necessidades, seus progressos e, assim, poder intervir no processo de apropriação do conhecimento e, conseqüentemente, contribuir com a função social da escola que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos.

Avaliação diagnóstica pedagógica e o estudante com deficiência

Avaliar consiste em avaliar um tudo, dentro de um contexto social e educacional, com o intuito de identificar as dificuldades para dar os devidos encaminhamentos educacionais. Encaminhar um aluno para a avaliação diagnóstica, com suspeita de necessidades educacionais especiais é um assunto muito debatido entre os profissionais da educação, o qual apresenta muitas dúvidas no momento do encaminhamento. Para Sant’Anna (1998, p. 29-30), avaliação é “um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático”.

Sendo assim, o educador do ensino comum, quando perceber que o aluno apresenta alguma dificuldade, deve passar a acompanhar mais de perto o desenvolvimento e deverá avaliar no contexto escolar, com apoio da equipe técnico pedagógica ou do educador especializado. Portanto, ela é fundamental no processo educativo, pois

[...] é sobre a avaliação que gira o trabalho escolar. Não apenas condiciona o que, quando e como se ensina, como também os ajustes que devem ser feitos para atender a diversidade de necessidades geradas em aula. Um bom dispositivo de avaliação deve estar a serviço de uma pedagogia diferenciada capaz de dar resposta aos interesses e dificuldades de cada aluno (Ballester, 2003, p. 24-25).

A avaliação diagnóstica auxilia na identificação das causas das dificuldades específicas dos estudantes, na assimilação do conhecimento tanto relacionado ao desenvolvimento pessoal quanto na identificação de quais conteúdos do currículo apresentam necessidades de aprendizagem. Ela permite ao professor uma análise mais detalhada do processo de aprendizagem. Através da Avaliação Diagnóstica, busca-se:

Investigar seriamente o que os alunos “ainda” não compreenderam, o que “ainda” não produziram, o que “ainda” necessitam de maior atenção e orientação [...] enfim, localizar cada estudante em seu momento e trajetos percorridos, alterando-se radicalmente o enfoque avaliativo e as “práticas de recuperação” (Hoffmann, 2008, p. 68).

O diagnóstico proporcionado pela avaliação pode ser, portanto a depender de como o professor interage com o aluno depois da avaliação, limitado ao seu caráter classificatório ou, ainda, antecedendo a tomada de decisão quanto à continuidade dos processos pedagógicos, um instrumento a partir do qual se torna possível estimular o aluno para a reflexão do saber. Segundo Luckesi (2011, p. 186), a “função central do ato de avaliar é subsidiar soluções para os impasses diagnosticados, a fim de chegar de modo satisfatório aos resultados desejados”.

A aprendizagem do aluno deve ir além de conteúdos curriculares, na visão da educação inclusiva; não se admite que o aluno com deficiência esteja integrado na escola, sem que se tenha uma prática de avaliação que acompanhe seu desenvolvimento construído a partir de suas compreensões. A avaliação do aluno com deficiência deve ser “[...] processo dinâmico [...], prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indicam as intervenções pedagógicas do professor.” (Brasil, 2008, p. 11).

A presença do aluno com deficiência na escola requer a execução de adequações físicas, humanas, curriculares, pedagógicas e, sobretudo, avaliativas para que, de fato, a educação inclusiva se fortaleça com a ativa participação do aluno a partir do conhecimento pelo mesmo construído. De acordo com Christofari (2012, p. 13), “a avaliação da aprendizagem como dispositivo de inclusão escolar pode ser compreendida como um processo mediador na construção do currículo, das práticas pedagógicas, das intervenções adequadas a cada situação”.

A avaliação da aprendizagem do aluno com ou sem deficiência requer uma intenção no processo, proposto principalmente quando há uma abordagem objetiva da realidade. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem é a finalização do planejamento visto que somente é possível a partir do que foi conforme o que foi planejado e executado. (Luckesi, 2010).

A avaliação visando à melhoria da aprendizagem destina maior importância ao papel mediador do professor, que tem um olhar mais cuidadoso sobre o aluno, aproximando-se dele, buscando conhecer suas manifestações para compreender seu desenvolvimento.

Assim, convém ressaltar que a aprendizagem do aluno com deficiência, bem como as dos demais estudantes, é uma responsabilidade do professor, assim como de todos os profissionais da escola a partir de sua organização pedagógica. Diversificar as metodologias, ter maior atenção e a regulação diferenciada a partir da carência do aluno, fazem-se indispensáveis para que, de fato, caracterize a existência de uma escola que pratica uma avaliação inclusiva. É importante lembrar que, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais (Brasil, 1998, p. 18).

Sartoretto (2010) orienta os professores sobre avaliação dos alunos com deficiência, que devem considerar todos os registros e avanços de desenvolvimento dos alunos, essa é uma forma que ajuda no acompanhamento dos estudantes. Esses registros permitem melhor os alunos e analisar a eficácia da prática pedagógica do professor.

Nesse sentido, pensar e refletir sobre as metodologias de avaliação no processo educacional se torna imprescindível, pois este é uma maneira de observar, diagnosticar, refletir sobre as formas de ensinar e aprender, e se tratando de Educação Inclusiva, é um instrumento importante para o acompanhamento das crianças que têm alguma deficiência, ressaltando que a avaliação não se torne uma ferramenta de exclusão, mas de socialização e apropriação dos conhecimentos científicos. Busarello (2015, p. 3) diz que “a relação professor/aluno/conhecimento vivida na sala de aula tem implicações na inclusão ou exclusão do educando no processo de ensino aprendizagem”.

A importância da avaliação pedagógica e a inclusão escolar

A avaliação sempre foi vista como uma prática para medir a aprendizagem dos alunos e classificar se esses são aptos ou não. Essa prática avaliativa é uma afirmação da exclusão no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, um aluno que apresenta algum tipo de deficiência e, por consequência dos estereótipos da sociedade, já sofre com a exclusão, ao se deparar com esse tipo de avaliação em sala de aula, provavelmente não se sentirá estimulado em desenvolver suas habilidades, tampouco a continuar nesse ambiente. Libâneo (1994) corrobora:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

A avaliação, enquanto processo, tem como finalidade uma tomada de posição que direcione as providências para a remoção das barreiras identificadas, sejam as que dizem respeito à aprendizagem e/ou à participação dos educandos, sejam as que dizem respeito a outras variáveis extrínsecas a eles e que possam estar interferindo em seu desenvolvimento global. É o que se pode assegurar pelas palavras de Luckesi (2002, p. 81):

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possam avançar no seu processo de ensino aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estado defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos necessários.

A finalidade de controle, utilizada por meio da avaliação como atribuir notas no dia da prova ou dos exames, é substituída por práticas avaliativas com ênfase nas observações, registros e análises do que for colhido, em todos os momentos em que ocorra a aprendizagem e, particularmente, na escola. Conforme Luckesi (2003, p. 16):

A tradição dos exames escolares que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII).

A avaliação da aprendizagem é importante para o planejamento do professor, entretanto não se constitui em ferramenta de busca da homogeneidade, mas sim em dispositivo fundamental para compreender as peculiaridades dos estudantes no que diz respeito à aprendizagem. Promover a aprendizagem é necessariamente uma ação docente, determinar maneira e critérios para esta ação solicita estudo e reflexão acerca dos elementos que compõem o processo avaliativo. Vasconcellos (1994, p. 43), refere-se que a,

Avaliação é um processo abrangente da existência humana que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos.

Sabe-se que uma prática educativa avaliativa é direito para todos os estudantes, sem exceção, respeitando as desigualdades e as diversidades, onde todos possam participar em igualdade de condições sem que haja nenhum tipo de preconceito que possa gerar a exclusão. É notório que estas diferenças existentes nas escolas demandam do professor uma visão diferenciada, onde este deverá buscar meios e alternativas que permitam o processo de ensino aprendizagem desses alunos, evidenciando assim uma melhoria na aprendizagem, superando desta maneira as barreiras que tem provocado a exclusão escolar.

É injusto avaliar o desempenho de diferentes crianças com os mesmos critérios ou as mesmas medidas. Crianças que são únicas em suas características, e, ao mesmo tempo, diferentes entre si, não podem ser comparadas através de procedimentos escalonados por uma média, que definem os alunos como bons, médios ou fracos. (Beyer, 2006, p. 65).

Portanto, avaliar no sentido de incluir requer respeito às diferenças, pois cada criança, sendo deficiente ou não, cada uma tem o seu tempo de aprender. Insiste-se, portanto, que o professor deva se valer de métodos avaliativos que contribuam para a promoção do conhecimento. Beyer (2006, p. 28) destaca que “precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiência são especiais”.

Práticas pedagógicas inclusivas e perspectiva inclusiva

As práticas pedagógicas correspondem aos diversos procedimentos planejados e realizados por professores com o intuito de alcançar seus objetivos de ensino. Elas abrangem metodologias, técnicas

e estratégias exploradas como meios para acessar, produzir e expressar o conhecimento. Quando o planejamento não leva em consideração as singularidades de cada estudante, as práticas pedagógicas podem ser um obstáculo à inclusão escolar de alunos com ou sem deficiência. De acordo com Glat (2007, p. 25), [...] a maioria dos alunos que fracassam na escola não tem, propriamente, dificuldade para aprender, mas sim dificuldade para aprender da forma como são ensinados”.

A Educação Inclusiva pretende, em um mesmo ambiente escolar, educar todas as crianças. Isso não significa esquecer as dificuldades dos alunos, e sim mudar a maneira de olhar, vendo as diferenças como diversidade, aumentando a visão do mundo e permitindo a convivência de todas as crianças.

A Escola Inclusiva está afinada com os direitos humanos, porque respeita e valoriza todos os alunos, cada um com as suas características individuais. Além disso, é a base da sociedade “para todos”, que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos sejam respeitados (Diniz, 2012, p. 9).

Nesse sentido, as práticas pedagógicas aplicadas para os alunos com deficiência se tornam ainda mais complexas devido às suas necessidades específicas e de seu desenvolvimento, muitas vezes bastante distinto. Assim, entende-se que métodos trabalhados com alunos sem deficiência não podem ser os mesmos destinados aos educandos deficientes, pois estes requerem uma forma metodológica especializada que venha favorecer sua capacidade intelectual, respeitando o tempo que estes alunos levam para construir os conteúdos. Segundo Silva Filho (2013, p. 28), práticas pedagógicas,

Requer do professor conhecimentos pedagógicos para organizar a aula, fazer a transposição didática, transformar o conhecimento científico em saber transmissível e assimilável pelos alunos, propor situações de aprendizagem de forma que os alunos consigam problematizar as demandas do mundo do trabalho e que a teoria e a prática, em sala de aula, não podem ocorrer a partir somente das exposições descritivas, ou como elementos contraditórios, dicotômicos e antagônicos.

A perspectiva inclusiva como política educacional aponta para a possibilidade de trazer novos caminhos para a mudança da escola e das relações de ensino e aprendizagem, e, portanto, de desenvolvimento. Parece fácil, mas a complexidade posta é muito significativa, visto que nos encaminha a atitudes extremas das ações intrínsecas da escola, desde sua organização até as práticas pedagógicas. “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (Mantoan, 2006, p. 24).

O desafio da escola atualmente é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, abolindo de uma vez por todas seu caráter segregacionista, de forma que sejam incluídos neste processo todos os sujeitos que dele têm direito. De acordo com Carvalho (2000, p. 120), uma escola inclusiva é aquela que “inclui a todos, que reconhece a diversidade e não tem preconceito contra as diferenças, que atende às necessidades de cada um e que promove a aprendizagem”.

Os desafios do docente no contexto inclusivo

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular traz aos professores e à escola muitos desafios, pois demanda modificação desse espaço para receber e atuar com os alunos, possibilitando-lhes a aprendizagem. Segundo Crochick (2011, p. 569), “não basta a escola pensar as contradições existentes fora dos muros escolares, deve também reconhecê-las dentro de si. Os professores são agentes fundamentais da educação, e não é indiferente saber o que pensam acerca da educação inclusiva”.

Nesse sentido, o professor assume papel importante no espaço escolar e, portanto, ele é um elemento principal para assegurar a permanência dos alunos com deficiência na escola regular. No entanto, é necessário que esses professores estejam preparados para receber esse público, já que, com a chegada desses alunos, serão determinadas adequações nos segmentos da escola. A esse respeito, Marchesi (2001, p. 103) afirma:

A formação de professores e o seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas inclusivas na escola. É muito difícil avançar para uma perspectiva de escola inclusiva sem que todos os professores desenvolvam uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.

O professor enfrenta muitas dificuldades neste processo de ensino dos alunos com deficiência, pois trabalhar simultaneamente com alunos considerados normais e alunos com deficiência não é muito fácil, poucos são os docentes que trabalham nessa área da educação e muitos não querem trabalhar com crianças deficientes alguns por medo, receio, preconceito, falta de entusiasmo, baixos salários, o que os coloca em situação desconfortável prejudicando o processo de inclusão e de aprendizagem dos alunos. Diante disso, é que a preocupação com a formação de professores “aparece como uma questão importante na sociedade, em razão das demandas e das pressões de variados grupos sociais, considerando os novos ordenamentos estruturais no mundo contemporâneo” (Gatti; Barreto; André, 2011, p. 3).

Como se percebe, a falta de formação dos professores tem sido fator que muito dificulta a aprendizagem e adaptação das crianças com deficiência nas escolas comuns, visto que a formação docente é uma das dimensões fundamentais para que a inclusão ocorra, a percepção dos professores funciona como um termômetro para a compreensão e análise dos caminhos da inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Segundo Carvalho (2012), há um conjunto de aspectos que devem ser considerados para que as escolas se tornem espaços inclusivos, dentre os quais, a melhoria na formação inicial e continuada dos professores, considerando que a inclusão começou a vincular a necessidade de mudança na mentalidade da comunidade escolar.

A formação docente baseada nos princípios da Educação Inclusiva pode ajudar na efetivação da inclusão escolar ao possibilitar aos alunos público-alvo da Educação Especial reais oportunidades de desenvolvimento por meio do reconhecimento de suas capacidades, do incentivo à construção

de novas habilidades e de práticas pedagógicas diversificadas e reflexivas que consideram as especificidades de cada aluno. Conforme destaca Mantoan (2003, p. 60), é fundamental “formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulos para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções”, pois o professor deve ser valorizado.

Considerações finais

O processo de inclusão no ambiente escolar se dá através de várias ações políticas, econômicas, educacionais que envolve todos os profissionais da educação, a sociedade e a implementação das leis vigentes. É fundamental que cidadãos e educadores participem desse processo e identifiquem como a inclusão se dá dentro das escolas e como ela é percebida.

Ao refletir sobre a avaliação na perspectiva inclusiva nas escolas de ensino regular, percebe-se ser necessário que um desenvolvimento pedagógico aconteça. É preciso uma educação que inove, que atenda à diversidade de necessidades geradas na escola, fazendo com que se dê respostas aos interesses e dificuldades de cada aluno. Compreende-se que o conhecimento é o mesmo para todos os alunos, o que difere na educação inclusiva é que a escola que deve se adaptar ao aluno, promovendo condições de acessibilidade em todas as áreas do conhecimento respeitando os diferentes estilos de aprendizagem.

Assim, acredita-se que, através da avaliação, pode-se conhecer a prática educativa, e transformá-la, abrindo caminhos para a construção de novas possibilidades e de novas metodologias de ensino. Todavia, faz-se necessário que os professores tenham consciência da importância de se adotar práticas avaliativas que beneficiem a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Para isso, deve deixar de efetivar o processo avaliativo apenas a partir de suas vivências, buscando embasamentos teóricos que favoreçam a ressignificação da sua prática, tendo em vista a ampliação do conhecimento dos alunos.

Percebeu-se, durante a pesquisa, que as dificuldades para efetivar a inclusão ainda são muitas, e sabe-se que a maioria delas não se referem somente aos alunos com deficiência, mas também a problemas existentes na estrutura educacional do país. Dessa forma, a inclusão desses alunos em classes comuns gera novas situações e desafios que requerem intensas transformações a fim de melhorar a qualidade da educação, seja para estudantes com ou sem deficiência.

Diante dessas colocações, cabe ressaltar a importante relevância da formação docente, pois a mesma contribui para o avanço da educação inclusiva, bem como colabora para o desenvolvimento de ações e práticas que favorecem a aprendizagem dos alunos com deficiência. Nesse sentido, a formação trará aos professores os subsídios necessários para a realização de um trabalho mais eficaz no que concerne à inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial. Contribuirá, também, para minimizar os vários desafios que permeiam a atividade docente quando se fala em inclusão escolar.

Sendo assim, conclui-se que a escola deve ser um lugar inclusivo e favorável para o acesso da pessoa com deficiência. Para isso, é necessário que a escola saiba trabalhar com essa diferença

utilizando práticas pedagógicas avaliativas de acordo com a necessidade dos alunos. É de fundamental importância a formação de professores a fim de auxiliar esses profissionais no atendimento das demandas que procedem da inclusão escolar.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005.

BALLESTER, Margarita. *et al.* **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146/15**. Brasília, julho de 2015.

BRASIL. R E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BUSARELLO, Sandra Regina Maiola. **Avaliação da Aprendizagem: Uma Perspectiva de Mudança da Prática**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CHRISTOFARI, Ana Carolina. Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: relações possíveis. *In*: REUNIÃO DA ANPED SUL, 9., Caxias do Sul, 2012. **Anais [...]** Caxias do Sul: EdUCS, 2012.

CROCHICK, José Leon; *et al.* Análise de atitudes de professores do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 565-582, set./dez. 2011.

DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas**: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FERNANDES, Domingues. **Avaliar para aprender**: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: UNESP, 2009.

GATTI, Bernardete Angelina.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: MEC, 2011.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2007.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar**: respeitar primeiro, educar depois. Porto Alegre: Mediação, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIB NEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabare, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCHESI, A. A prática das escolas inclusivas. *In*: D. RODRIGUES (Org.). **Educação e diferença**: valores e práticas para uma educação inclusiva. Lisboa: Porto Editora, 2001. p. 77-91.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural**: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis: Vozes. 2008.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2003.

PEREIRA, Lucia Cavichioli; SOUZA, Nadia Aparecida de. Concepção e prática de avaliação: um confronto necessário no ensino médio. **Estudos em avaliação educacional**, n. 29, jan./jun. 2004.

SANT'ANNA, I.M. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SATORETTO, Maria Lúcia. **Como Avaliar um Aluno com Deficiência?** São Paulo: Assistiva, Tecnologia e Educação, 2010.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa. Formação pedagógica de educadores da Educação Superior: Algumas implicações. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 28, jul. 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 17. ed. São Paulo: Libertad, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.